



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 07

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º reunião em 02/03/2018

Aos dois dias do mês de Março do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Francisco José da Silva Ferreira, Débora Eunice Silveira Lopes, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Rosa Maria Gouveia Serôdio, Manuel Vieira dos Santos, Virgínia Maria Melo Matos, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltou o Presidente de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana da Fonseca Valente.

Faltaram nesta reunião da sessão os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, e Rita Alexandra Monteiro Baptista, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Manuel da Rocha Gonçalves, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Antero Marques dos Santos, António Augusto Cruz de Aguiar, e João Carlos Rodrigues Morgado, se

fizeram substituir nesta reunião da sessão, por Débora Eunice Silveira Lopes, Miguel António Costa da Silva, Rosa Maria Gouveia Seródio, e Manuel Vieira dos Santos.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à *Ordem-do-Dia* da Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 3 – Apreciação e votação das Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro;

Ponto 4 – Apreciação e votação do Concurso Público Internacional para a “Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade”;

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro;

Ponto 6 – Apreciação e votação do Regulamento da Rede de Bibliotecas do Município de Aveiro;

Ponto 7 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Pela imediata adesão à Tarifa Social da Água”;

Ponto 8 – Apreciação e votação da Moção “Em defesa do balcão dos CTT na Universidade de Aveiro e do serviço público postal”;

Ponto 9 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Reactivação do Conselho Municipal da Juventude de Aveiro”.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa⁰⁰³

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁰⁴

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais presentes. O protesto que o PCP tem a fazer é porque, mais uma vez, e sublinho mais uma vez, a documentação que está em discussão nesta reunião da Assembleia Municipal esteve hoje novamente indisponível o seu acesso aos deputados municipais.

Esta situação, Senhor Presidente, seria apenas um momento desagradável e de alguma forma desculpável se fosse a primeira vez que isto acontece. Ora sucede que não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira, nem a quarta vez que isto acontece. Várias vezes o PCP tem aqui colocado no início das sessões a importância que tem a presença da documentação e não raras vezes essa documentação não está presente porque o site está em baixo.

É absolutamente incómodo, para dizer o mínimo, a repetição deste episódio, porque reflete uma desconsideração política e administrativa muito grande. Mas essencialmente política muito grande para com os deputados municipais e as diferentes forças políticas. Essencialmente perante as forças políticas que não têm presença no executivo municipal porque estão sempre numa situação de acesso mais difícil no que trata no conhecimento de dossiers.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal o Regimento tem em relação a esta matéria uma disposição que é muito clara. E essa norma não pode ser infringida. Portanto há soluções para isto. Ou os deputados começam a receber como se fazia há muitos anos atrás receber a documentação em casa em papel ou recebem um mail com os ficheiros anexos, ou o site onde presentemente estão disponíveis os documentos não pode falhar. Mas não pode mesmo. Porque os deputados municipais não são funcionários. São pessoas que tem o seu trabalho e por vezes tem espaços de tempo para consultar os documentos. E querer preparar um documento, como me sucedeu, e porque simplesmente não conseguir a

meio da manhã e só depois no final da manhã, depois de contactar os serviços, só ao início da tarde estava finalmente disponível, só assim foi possível.

Senhor Presidente, acho que fica clara que medidas têm de ser tomadas. Senhor Presidente o Regimento se vale para umas coisas tem de valer para outras. Se há rigor para uns tem de haver rigor para tudo. Sugiro que tome medidas, sinceramente. E declaro que nesta reunião da Assembleia, o PCP irá abster-se em todos os pontos, não comentará nenhum ponto, mesmo naqueles que teríamos condições para o fazer, porque é perfeitamente inaceitável que continuemos a pactuar com uma situação em que viemos para aqui discutir amputados de condições.”

Presidente da Mesa:⁰⁰⁵

“Senhor deputado o seu protesto fica lavrado e a sua indignação. Com certeza que já foram notados e o senhor deputado também já referiu essas falhas. Temos feito também esse diálogo com a Câmara Municipal e de acordo com a informação prestada está em curso uma profunda remodelação dos sites municipais que irão acolher certas funcionalidades e outra eficiência que todos desejámos. E, portanto, esta fase de trabalho dizer que eu por exemplo consegui aceder à documentação em tempo, não digo hoje. Normalmente o que faço é desde que são marcadas as sessões tento logo aceder e organizar a documentação não no próprio dia. Porque também não vamos deixar para o próprio dia para estudar os dossiers.

Mas de qualquer forma senhor deputado essa situação já foi efetivamente reportada e é obviamente não aceitável que tenhamos o site em baixo. Depois o Senhor Presidente da Câmara, se entender fazer os esclarecimentos devidos sobre esse processo de reorganização, que sei que está em curso.”

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁰⁶

“As palavras do Senhor Presidente deixam-nos descansados porque de facto nós na nossa bancada apercebemo-nos disso, mas se calhar p que era prudente fazer-se, se estivessem de acordo, era nesta fase de transição, para que não se verifiquem situações desta natureza, ainda hoje alguns de nós tivemos de ir recuperar alguns documentos para tirar dúvidas que tínhamos para o debate, não o podemos fazer porque precisamente estava em baixo. Portanto nesta fase de transição se houver essa possibilidade de enviar em anexo, enfim da forma que se entender melhor, enfim, nós agradecemos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁸

“Eu, enfim, apelo à memória de todos — já aqui falei sobre isto. O site é raro estar em baixo — mas de quando em vez está. E vai voltar a estar. Não vale a pena estarmos aqui com questões desta natureza. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entender por bem e os membros também, facultaremos toda a informação em formato papel, no formato que quiserem. Era o que mais faltava agora uma questão desta natureza.

Já expliquei o que é que se passa. Estamos num grande investimento, dizer-vos que ainda esta semana estivemos um dia sem comunicações para os nossos serviços urbanos e estamos a alterar o próprio sistema de comunicações municipais.

A nossa empresa que está a fazer o novo site chama-se WireMaze. Se não acreditam no que eu digo contactem a WireMaze que está a fazer um site novo. Nos não estamos a renovar o site. O nosso site vai para o lixo e estamos a fazer uma

plataforma completamente nova, eficiente nos acessos, tudo. Portanto é um investimento que está em curso pleno.

Os dias em que o site está em baixo são cada vez menores porque tomámos um conjunto de medidas para que estas ocorrências sejam no mínimo possível, mas vai voltar a acontecer de vez em quando. Que pena, coincidiu ser hoje em dia de assembleia municipal e há membros que tratam de preparar no próprio dia da Assembleia, não tenho nada contra nem a favor, cada um trata como muito bem entende.

Mas Senhor Presidente, como sou responsável pelos serviços que prestam apoio à Assembleia, tudo o que a Assembleia quiser, mandamos por email, imprimimos tudo, ao dispor. Era o que mais faltava agora ser o acesso à informação que impede debater aquilo que interessa que o ponto 3 da nossa ordem de trabalhos. Muito obrigado.”

Ponto 3 – Apreciação e votação das Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 15/02/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁹ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁰

"Obrigado Senhor Presidente. Vou sumariar as alterações principais da proposta que trazemos à Assembleia Municipal. Obviamente, comparando com a estrutura orgânica que está em vigor.

Nós mantemos dois Departamentos, passamos de treze para catorze Divisões, queremos mais uma divisão e passamos de sete para três gabinetes — reduzimos em quatro o número de gabinetes da nossa Câmara Municipal.

Criámos também um novo patamar de chefias, as chamadas chefias de terceiro nível, que se referenciam com o número de até quatro, matéria essa que será alvo de pormenorização e é um processo que terá deliberação de Câmara e de Assembleia Municipal. Cá virá quando tivermos essa matéria pronta e na fase de ativação que não é esta.

Em relação à Estrutura propriamente dita as alterações são básicas, mas as principais são as seguintes: Os dois Gabinetes de Apoio aos Eleitos Locais (o GAPEL) e de Atendimento Integrado (o GAI) são fundidos e passam a ser uma Divisão. No fundo é a nova Divisão que passamos a ter. Esta é a estrutura que presta os apoios ao Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal, ao Executivo e à Assembleia Municipal, que coordena a cooperação com as Juntas de Freguesia na matéria protocolar e que além disso, faz, vai continuar a fazer, o atendimento ao público.

E passamos a integrar nesta área uma matéria que não está, mas também não está em lado nenhum, apenas decidimos dar-lhe personalidade orgânica, que é a área que hoje chamamos de Modernização Administrativa.

Portanto é uma componente importante que ganha densidade e por isso entendemos passá-la para o estatuto de Divisão.

Neste quadro dos gabinetes, extinguimos o Gabinete de Veterinário Municipal, que passa a ser uma subunidade orgânica da Divisão de Serviços Urbanos.

Extinguimos o Gabinete de Auditoria que passa a ser uma subunidade orgânica da Divisão de Administração Geral. E ficamos com os outros gabinetes, Gabinete de Tecnologias de Informação (toda a área informática) o Gabinete de Proteção Civil e o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas e Marketing Urbano.

Mantemos as duas divisões que reportam diretamente ao presidente da câmara que é a Divisão de Apoio Jurídico e a Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização.

No Departamento de Ação Geral e Social, na Divisão de Administração Geral, sai daquela que é hoje a Divisão de Administração Geral, a área do património e a área das compras e aprovisionamentos.

Essa área sai desta divisão que fica com todas as outras e como já disse há pouco integra a Auditoria também.

A atual Divisão do Comércio e Serviços é extinta. E há uma parte, a sua maior parte, da atual Divisão de Comércio Serviços vai somar-se uma parte na nova divisão, que se chama Divisão de Compras e Património, vai somar esta área na DCP. O património (património móvel e imóvel) e vai também somar-se à área da Gestão das Concessões e da Metrologia que estão na atual divisão de comércio e serviços, sendo que dessa divisão saem à área dos Mercados e Feiras que integra, e passa a integrar a Divisão de Desenvolvimento Económico.

Aquilo que entendemos é que devíamos colocar estas áreas dos Mercados e Feiras, que no fundo são mecanismos de apoio à micro economia e atividade económica do setor primário, devemos colocá-la como todas as áreas no desenvolvimento económico, para enfim, termos uma operação mais integrada e não termos aqui economia de primeira e economia de segunda. É uma das revoluções desta estrutura orgânica, mas que nós apostamos muito nela nesta lógica de integração total, daquilo que é toda a atividade económica do nosso município. Obviamente no que respeita ao seu acompanhamento e à sua gestão nas competências municipais.

Portanto a Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo mantém o formato que tem atualmente somando os Mercados e Feiras.

Na Divisão do Comércio e Turismo que atualmente tem também a Cidadania (DCTC) sai a cidadania, o C de cidadania sai e vai-se colocar na Divisão de Educação e Desporto — entendemos que faz mais sentido a área da cidadania onde estão as políticas de juventude e as políticas ligadas aos seniores, estar com a Educação e com o Desporto e não com Cultura e com o Turismo.

Ainda na Divisão de Cultura ajustamos algumas subunidades orgânicas, nomeadamente autonomizando a Ação Cultural dos Museus e do Património Cultural. Havia uma secundarização na estruturação orgânica da Ação Cultural que achamos, que não é aconselhável e, portanto, autonomizamos a Ação Cultural da outra componente que é muito pesada em termos de gestão, onde estão os Museus e Património Cultural.

A outra divisão é, termos hoje a Biblioteca Municipal e o Arquivo Histórico, e também separamos essas duas componentes.

Isto muito em conta com o que vai acontecer no próximo futuro, com a ativação da nova Biblioteca Municipal.

Queremos trabalha-la de forma mais autónoma, mas também queremos trabalhar de forma mais autónoma o Arquivo Histórico, também na lógica das abordagens novas que estamos a preparar no quadro da gestão do nosso Arquivo Histórico.

Na divisão de Educação Desporto e Cultura, portanto, soma-se a atual que tem Educação e Desporto e Cidadania. A Divisão de Ação Social continua igual e passamos ao outro departamento.

O Departamento de Urbanização Ambiente e Obras (DUAO). Aqui a Divisão de Gestão Urbanística continua com a estrutura que tem hoje, sem subunidades orgânicas, apenas lhe entregamos duas áreas novas. A área da Gestão das Licenças Especiais de Ruído e a área da Gestão do Património Cultural edificado.

Nós temos esta área na Divisão de Cultura, mas cada vez mais as operações de licenciamento que temos em mãos são de reabilitação e é fundamental para nós gerirmos bem, com o menor uso de tempo, com mais uma abordagem mais integral nesta matéria da reabilitação. Entendemos colocar obviamente as competências de recursos humanos que temos na Câmara e são boas além do mais, na equipa de Gestão Urbanística para termos uma abordagem mais integrada a esse tipo de processos que são maioritários nesta fase da nossa da nossa vida.

A Divisão de Mobilidade e Transportes também mantém a mesma estrutura. Seis unidades orgânicas, apenas vamos colocar a área dos Canais Urbanos e das Pontes. Os Canais Urbanos têm sido uma subunidade orgânica da Divisão de Serviços Urbanos Gestão e Equipamentos. Aprendemos que não é a colocação mais correta. Há questões que objetivamente são de mobilidade. As nossas competências técnicas nessa área estão na Divisão de Mobilidade e Transportes e, portanto, é para aí que vão essas competências embora sem a estruturação como subunidade orgânica.

A Divisão de Ambiente Energia Obras fica na mesma. A Divisão de Planeamento e Projeto perde o P de projeto. Foi um dos objetivos dos quais nós desistimos logo na fase inicial de gestão desta estrutura orgânica nova, que relembro entrou em vigor no dia um de Maio de 2014 e aquilo que fizemos foi, a ideia na altura era que, aqui estivesse uma unidade orgânica que fazia todos os projetos da Câmara.

Concluimos muito rapidamente que isso não era possível porque as nossas competências de projetistas estavam na parte do Planeamento, mas também nas Obras e na Mobilidade. E, portanto estas três divisões vão ter competências de projeto as três, sem termos em qualquer delas uma subunidade orgânica específica para projetos.

O que é que vem para a DPT Divisão de Planeamento do Território, vem a informação geográfica, que estava colocada no Gabinete de Tecnologia de Informação, mas não era a colocação mais indicada.

Entendemos que é aqui que faz sentido esta área estar. E o nosso Gabinete Técnico Florestal que está na Divisão de Serviços Urbanos, mas que entendemos que a componente de planeamento é claramente maioritária no trabalho deste gabinete técnico florestal e, portanto, é para aí que vai porque é para aí que faz muito mais sentido.

E terminando. A Divisão de Serviços Urbanos mantém a estrutura que tem hoje. Sai então a área dos Canais Urbanos e das Pontes. Entra a área da Medicina Veterinária como já referenciei há pouco e a outra área nova que ganha a Divisão de Serviços Urbanos e Gestão Equipamentos, é subunidade orgânica de Saúde e Segurança no Trabalho. Atualmente esta área está um dentro da subunidade orgânica de recursos humanos, não é subunidade orgânica e nós entendemos que há dois argumentos muito importantes que o justificam. Um: a maior parte dos nossos funcionários que mais atenção e apoio precisam nos seus exercícios de trabalho estão exatamente na Divisão de Serviços Urbanos. Argumento dois a componente do apoio do acompanhamento às boas condições de higiene e salubridade dos edifícios municipais, está na Gestão de Equipamentos, que é esta Divisão e, portanto, foi o segundo argumento que nós usamos para a colocar aqui nesta área de trabalho dando-lhe mais importância.

Senhor Presidente, Senhores membros, são estas, sumariamente, as alterações principais. E obviamente estou ao dispor para aquilo que entenderem por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Não por parte do PAN nenhuma objeção a este tipo de reestruturação. Parece-nos muito profunda, muito extensa, e nós teríamos duas questões que gostaríamos de colocar ao executivo.

A primeira tem a ver com a participação ou se existiu algum envolvimento por parte dos funcionários da Câmara e das pessoas que já alguns anos trabalham e colaboram com o município. Há pessoas que estão na Câmara há muito tempo e passaram por vários executivos, já sofreram algumas remodelações no decurso do seu trajeto profissional e o que gostaríamos de saber é se esta amplitude teve em consideração a participação e o envolvimento dos funcionários.

Em segundo lugar parece-me um prazo muito curto para que entre em vigor a um de Abril. E nós gostaríamos de saber de que forma vai ser implementada toda esta reestruturação. Se vai ser em simultâneo ou se vai haver mais que uma fase e se os funcionários e colaboradores já têm conhecimento destas transformações.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Senhor Presidente ainda a propósito do meu protesto dizer o seguinte. Os deputados municipais observam e veem os documentos quando e como entendem. Não é sua competência fazer juízos como aquele que proferiu na resposta que deu ao protesto. O seu papel aqui é assegurar-se que esta Assembleia exerce o poder de fiscalização que lhe está atribuído e que os deputados municipais têm condições para exercer esse mesmo poder de fiscalização. Tenho dito.”

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Em relação ao ponto três, tive oportunidade de ler o documento que realmente é muito exaustivo na descrição daquilo que é a nova estrutura então que vai entrar em funcionamento da Câmara. O primeiro impacto, uma vez que é realmente um documento muito exaustivo, foi aquele organograma (que é enorme) e que me deu a sensação de que havia uma condensação muito grande daquela estrutura. Só a estrutura de apoio aos autarcas locais e aquilo pareceu-me uma superestrutura enorme. No entanto, penso que vocês estando lá e já estiveram quatro anos a trabalhar sobre uma estrutura diferente, que esta revisão da estrutura que é no sentido, deve ter sido estudada, no sentido de melhorar o funcionamento da Câmara. No entanto, as minhas questões eram muito parecidas com a do Rui Alvarenga, a questão do funcionamento, da entrada em funcionamento. E eu pensei mais na questão do impacto, que se tem algum impacto para os cidadãos que utilizam os serviços da Câmara e que dependem dos Serviços da Câmara e para os funcionários da Câmara. E depois realmente eu presumo que isto não tenha sido uma coisa que surgiu agora e que aparentemente por implementar daqui a um mês e que será, portanto isto deve ter sido trabalhado dentro da Câmara Municipal.

Portanto se acham que realmente estão em condições de implementar esta mudança, porque ainda é uma mudança estrutural grande, não é.

Portanto depende de como tem sido o processo feito até aqui. Nós como só nos chega documento final, não temos conhecimento assim do processo, no entanto foram essas as questões que nos surgiram. De resto não temos absolutamente nada a opor ao vosso funcionamento. Veremos como corre.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este documento que nos é apresentado é natural que qualquer executivo municipal no início do seu mandato faça os ajustamentos que entenda na estrutura orgânica que tem sob a sua alçada.

A grande mudança deu-se há quatro anos quando houve uma revolução completa na estrutura da Câmara Municipal, até para se adaptar na legislação que entretanto tinha saído. Passados quatro anos há pequenos ajustamentos que resultam da experiência entretanto adquirida e que contempla a internalização dos serviços das empresas municipais extinta ou vias de extinção e que passam a ser trabalhadas diretamente pela Câmara Municipal.

Portanto não há muito a acrescentar quanto a isto. Apenas uma questão não à Câmara, porque não consigo perceber, que é a duração da comissão de serviço dos dirigentes, que na minha opinião deveriam ser de quatro anos e estar de acordo com o mandato dos dirigentes, não a vencer no dia das eleições, mas três ou quatro meses depois para que essa estrutura possa acompanhar a transmissão de Câmara e possam acompanhar os novos eleitos quando eles entram.

Eu tive a experiência de entrar para uma Câmara, numa mudança completa e ficamos um bocado aos papéis, porque é mesmo assim, precisamos de quem nos apoie. E portanto faz sentido que as comissões de serviço tenham o mandato com o mesmo tempo que têm os mandatos dos eleitos.

Quanto ao resto naturalmente estamos de acordo e quem está a governar sabe muito melhor do que nós da necessidade de ajustamentos da estrutura.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁶

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Brevemente. Boa noite a todos. Da exposição que ouvi gostaria que (é uma pergunta muito simples), de quem dependia diretamente o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (até à data) e de quem irá agora depender.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Muito Obrigado Senhor Presidente. Bem algumas das questões já foram aqui colocadas. Obviamente estamos aqui perante um ato de gestão e, portanto, ninguém melhor que o Senhor Presidente e a sua equipa para perceberem qual a melhor forma de se organizar. A questão dos custos já foi aqui colocada e, portanto, não vou obviamente repetir, mas sendo este um ato de gestão e sendo, obviamente, a Câmara essencialmente constituída e dirigida para satisfazer as necessidades cidadãos Aveirenses, presumo também que haja um pressuposto de base nesse sentido quando faz esta estrutura.

Serão, diria, os próprios cidadãos a julgar se a alteração da estrutura resulta ou não, pelo menos a parte que lhes é perceptível. Obviamente que há uma parte interna que tem a ver com o funcionamento dia a dia eventualmente, com alguma otimização de custos, mas eu gostaria de perceber se há nesta, se esta vertente foi incluída nesta alteração.

E, por exemplo, gostaria de perceber se há processos que se vão tornar mais rápidos, se há processos que se vão tornar menos onerosos, ou se há processos que são menos fundamentados de uma forma burocrática pesada e poderão ser desmaterializados. Portanto, penso que seria interessante percebermos efetivamente alguns dos benefícios concretos, não é preciso, enfim, ir ao segundo e dizer que o processo vai reduzir de 10 para 5 segundos, mas penso que alguns destes exemplos ajudariam a ilustrar claramente

quais os pressupostos que estiveram na base destas alterações e o que é que os cidadãos podem esperar, em concreto, das alterações aqui introduzidas. É só."

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

" Senhor Presidente muito obrigado. Apenas referir que os processos de reestruturação são processos normais nas organizações, na procura de otimização dos resultados e, portanto, é isso que está na proposta que está nesse sentido. Muito obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

"Rui Alvarenga, estes processos são processos muito delicados. Aliás, se fizer uma análise, são poucas as câmaras que se mantem nestas operações e as que se metem, metem-se com intervalos longos.

O meu princípio de gestão e pratiquei-o já na minha outra vida, é que estas operações devem fazer-se de 4 em 4 anos. E pronto, estamos aqui a cumprir essa missão. Mas dar uma nota que é importante. A avaliação que fazemos da profunda reforma que foi feita há 4 anos (foi sensivelmente há 4 anos que estávamos a fazer esta discussão) aí sim foi rasgar a estrutura orgânica que tínhamos e temos uma nova estrutura orgânica.

A base desta é a que está em vigor. Portanto, não há nenhuma alteração profunda. Há um conjunto de ajustamentos muito relevantes, mas não há aqui nenhuma alteração profunda. A base da estrutura mantém-se porque fazemos dela uma avaliação positiva, com a mesma nota de que entendemos que alguns componentes têm balanço negativo e, portanto, vamos lá para um patamar mais qualificado.

O envolvimento das chefias dos funcionários passou pelo envolvimento das chefias. Nós solicitámos pareceres, escritos, tivemos duas reuniões para, enfim, conversarmos, debatermos sobre isto, eu e os vereadores que comigo governam a câmara, o meu chefe de gabinete e o meu adjunto e todas as chefias da Câmara todas. E, pronto, e é um processo muito aberto, muito delicado, exige uma autodisciplina todos grande porque no fundo (e vou à outra questão que perguntou, como é que isto se vai implementar) uma estrutura orgânica nova põe em causa a estrutura de chefias que temos. O que psicologicamente para quem é chefe é delicado.

Portanto nós gerimos essa delicadeza, com esse espaço de debate em equipa, envolvendo toda a gente, adotámos muitas ideias, aliás foi um debate muito rico, com boas ideias, muito interessantes, outras não adotámos como é evidente. Aliás a diversidade das ideias era muito grande nunca poderíamos adotar todas, mas pronto.

Foi um processo muito útil para esta proposta que hoje aqui trazemos. Portanto foi este o envolvimento que fizemos.

A entrada em vigor, rápida como disse, é muito importante que aconteça. Porquê? Porque está tudo decidido desde que a Câmara aprovou, desde que colocámos a ordem de trabalhos ao dispor dos senhores vereadores, os funcionários começam a saber e depois começa-se a criar ansiedade, como é que vai ser, quem é que fica chefe, para onde é que vamos — o que é normal.

E portanto esse período deve ser o mais curto possível. O mais curto possível. Portanto esperemos que nós não tenhamos nenhum percalço na publicação no Diário da República, e daí a marca para o dia um de Abril, se correr mal será um de Maio, mas foi quando entrou em vigor há 4 anos foi a um de Maio. Mas pronto que estamos a trabalhar para que segunda-feira o processo siga, depois da aprovação da assembleia municipal, obviamente, para porque a saída em Diário da República e garantirmos a publicação ali pelos meados de Março.

Que é que vai acontecer, sairá um despacho meu, algures pela segunda quinzena de Março, cumprindo-se obviamente a publicação em Diário da República, não posso fazer o despacho sem a publicação, faremos publicação com caracter de urgência, é um processo que normalmente corre bem, embora às vezes têm acidentes, é verdade.

As pessoas sabem que com a entrada em vigor de uma nova estrutura orgânica caíem as comissões de serviço. A nossa justaposição ao um de Abril é muito importante também porque as comissões de serviço das nossas chefias terminam a 31 de Março e, portanto, justapomos o fim das comissões de serviço com a ativação das novas chefias, usando um despacho meu e o regime legal de substituição. Nós vamos nomear em regime de substituição todas as chefias de divisão e de gabinete, não vamos promover os cargos de diretor departamento.

Entendemos que a Câmara ainda não tem a maturidade suficiente para ter diretores de departamento e, portanto, faremos a gestão de todo este mandato sem diretores de departamento.

A nossa operação base está comunicada às chefias, não vamos fazer nenhuma revolução, vamos manter os chefes que temos, até porque fazemos uma avaliação global positiva, muito positiva do seu trabalho. Temos que arranjar dois chefes novos, garantidamente, para as divisões novas como é óbvio, e faremos isso e, enfim, faremos a nossa avaliação e decisão agora nas próximas semanas sobre se nalguma das outras também devemos fazer alguma alteração.

Pouco tempo depois sairá um outro despacho que vai a deliberação de câmara, que é a abertura do concurso público para todos os lugares de chefia, mantendo a exceção de todos os diretores de departamento que não vamos promover. E, portanto, seguirá o concurso público normal para que as pessoas que têm vontade de serem chefes se candidatem. Obviamente, constituiremos um júri que será presidido por mim, como foi há 4 anos e, pronto, escolhemos seguramente o melhor dos candidatos em cada uma das unidades orgânicas para seguirmos em frente neste nosso trabalho. Portanto é este a modelação deste processo que temos em mãos.

A Virgínia refere que a DAPAEL é uma superestrutura. Não é. Nas nossas unidades orgânicas só temos uma superestrutura, usando a sua terminologia, que é a nossa Divisão de Serviços Urbanos e Gestão Urbanística.

Temos pela natureza do que está em causa muitas pessoas, uma diversidade enorme de funções, aquilo que hoje é uma Divisão já foi um Departamento e 4 Divisões.

A nossa Câmara chegou a ter 12 Departamentos e 36 Divisões!? Isto já chegou a ter uma situação absolutamente absurda em termos de estrutura. Mas não, nós defendemos além dos constrangimentos que a lei nos veio provocar, nós defendemos estruturas mais integradas, mais escurritas, o que quer dizer mais piramidais, mais de base mais curta e não de base mais larga e, portanto, enfim, é uma estrutura tranquila.

Alguns de vocês, a Virgínia não só o Francisco Picado também — a questão do impacto sobre os cidadãos.

Não há impacto nenhum. Isto é pôr a Câmara a funcionar melhor e, portanto, há obviamente sempre que a câmara, a sua estrutura funciona melhor, os cidadãos ganham como isso como é evidente.

Agora quando nós falamos do site, do funcionamento do nosso gabinete de atendimento integrado, que aquelas senhas que as pessoas tiram para marcar a vez, não querem dizer incredivelmente estar por trás um software que nos permita saber quantos cidadãos vão na hora A e na hora B, enfim, temos um sistema completamente caduco e não é com a nova estrutura orgânica que se vai resolver. É com um investimento no novo software que vai lá de ser colocado a funcionar em condições. Isso não é a nova divisão que o faz, obviamente vai ganhar essa boa condição, mas não é por ser a nova divisão. Se nós fizéssemos o investimento com o atual GAI íamos ter esse ganho.

Obviamente que entendemos que esta estrutura nos vai permitir aceder ao patamar de excelência (foi o objetivo que fixamos para este mandato), mas não é de consequência direta que as coisas vão melhorar. Portanto há um conjunto de investimentos, de medidas de gestão, etc, que somadas à futura estrutura orgânica que obviamente vão ter essa consequência de melhor mais facilidade, um site a partir do qual se vão poder tramitar um conjunto de dezenas de procedimentos pela plataforma eletrónica que hoje não é possível, tem de ser por papel e tem que ter diligências presenciais no serviço de atendimento.

É por aqui que vamos neste somatório de atos de gestão e não ficarmos estritamente por aqui e daqui sair as consequências boas dos atos de gestão e, obviamente, todos aqueles que temos consciência que assim é.

O Jorge Greno referenciou uma coisa, aliás o Marques Pereira também, enfim, eu também concordo com isso, mas é a lei e temos que cumprir a lei. Eu defendo que no início do mandato devia cair a estrutura orgânica, quem chega devia nomear, e ao final dos 4 anos acabou e, portanto siga. A lei não é assim. A lei tem comissões de serviço de 3 anos, não tem relação nenhuma com o mandato autárquico, é um modelo que tem como ideia base a independência maior da máquina administrativa e técnica da componente política de gestão. Há quem concorde mais com um há quem concorde mais com outro — é a vida.

A lei é o que é — e nós, obviamente, cumprimos a lei que o país tem, independentemente de não concordarmos com ela como acabei de partilhar.

Pedro Pires da Rosa colocou a questão do apoio à Assembleia. Atualmente o apoio à Assembleia está dentro do GAPEL sem ser subunidade orgânica. O Manuel Cartaxo e dantes o Miguel, são funcionários do GAPEL, mas dentro do GAPEL não existem subunidades orgânicas. Ou melhor o GAPEL atual é o que presta apoio à presidência e presta apoio ao executivo municipal — e não há subunidade orgânica para isso.

É também quem faz a cooperação protocolada com as Juntas. O que é que muda? Muda a integração obviamente na tal nova Divisão e muda darmos mais importância, dando-lhe a figura jurídica de subunidade orgânica.

Em termos de substância eu espero que não mude nada, porque julgo que temos um bom apoio à Assembleia Municipal. Em termos de formalidade, digamos, que há aqui com todas as aspas (que não gosto da expressão), uma promoção criando subunidade orgânica. Mas não é só para a Assembleia. Como esta Divisão tem uma dimensão maior, nós colocámos as tais 5 subunidades orgânicas: uma para o executivo municipal, outra para assembleia municipal, outra para a cooperação com as Juntas, outra para o atendimento público e outra para a modernização administrativa, que é aqui a novidade.

Portanto, em termos de substância, manteremos uma relação substancial idêntica à que temos, em vez de um responsável de gabinete que chefia passa a ser o chefe de divisão, portanto será um funcionário com mais competência jurídica, e a componente do serviço passa a estar enquadrada numa subunidade orgânica.

Portanto estas são as diferenças da estrutura atual para estrutura nova.

Portanto agradecer o apoio de todos, na certeza de que para nós este é um ato de gestão positivo, obviamente. Que nos permite e é instrumental neste caminho que estamos a percorrer do patamar bom, onde a nossa prestação já está em termos de funcionamento, para um patamar de excelência onde queremos estar no final do mandato. Muito obrigado a todos."

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²²

"Vou ser breve. E até para subscrever a intervenção do Jorge Greno, não devia ser só em relação às Câmaras Municipais, deveríamos definir claramente o que eram cargos políticos em Portugal ponto final paragrafo. Quer dizer, não faz sentido nenhum (e isto é uma discussão que vem desde António Guterres) esta farsa do que são os concursos

públicos, etc, e o CRESAP. Mas que tem acontecido em governos PSD e do PS. Portanto, para haver lisura, dizer, cai o governo sai toda a gente nomeada. Aprende-se poucas coisas com os americanos, mas em Washington toda a gente troca de casa quando se troca de democratas para republicanos e eu acho que assim é muito mais transparente. É uma pena ainda não estarmos nesse nível. Era só isto Senhor Presidente."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²⁴ Ponto 3 – Apreciação e votação das Estruturas Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD15+CDS6+PAN1) catorze abstenções (PS11+BE2+PCP1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação do Concurso Público Internacional para a “Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 15/02/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰²⁶ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

"Senhor Presidente, sumariamente. É uma proposta muito trabalhada esta, de procuramos entregar ao mercado toda a exploração de publicidade em espaço urbano do nosso município, integrando num só processo todas as aplicações, os mupis, os outdoors, os painéis eletrónicos, agregando à exploração publicitária os abrigos de passageiros, que estão articulados com a nossa conceção — e foi aí que tivemos de fazer um trabalho mais cuidado de justaposição daquilo que são hoje as operações, ou melhor, o desenho das linhas da operação da nossa concessão e a colocação no terreno com a definição do número, para que aqui estejam no caderno de encargos desta operação e, portanto, consultado também o mercado, embora este mercado é muito difícil de consultar, porque na prática substantiva há um grande operador e depois há uns novos operadores a tentar instalar-se no mercado português (operações recentes), o que torna a auscultação ao mercado um bocadinho difícil de fazer.

Procurámos também fazê-la, queremos que o concurso, enfim, tenho as respostas do mercado, como é evidente, mas pronto, temos que esperar a sua a sua reação e, portanto, ponderámos a sua dimensão temporal, a sua dimensão financeira, aquilo que vem à Câmara em termos de qualificação do nosso espaço urbano, de uma qualificação total, tendo tomado a decisão que não queremos ficar proprietários do mobiliário urbano.

O mobiliário urbano fica propriedade da entidade que ganhar a concessão e, obviamente, haverá os atos de gestão de mudança, precisamente, para as empresas e uma valorização de ativos, em termos de benefício da proposta financeira para nós é um contributo importante para nós, sermos donos ou não sermos donos do abrigo. Para nós não

interessa para nada importa é que ele lá esteja, tenha boa manutenção, tenha qualidade e quando estiver velho ou em desuso, siga, seja mudado por um outro.

Portanto é uma lógica muito financeira, enfim. Portanto estamos muito confortáveis, embora repito, com as ansiedades de um processo, repito onde não há muitos operadores no mercado e, portanto, ouvir o mercado não é exatamente fácil, mas pronto há a audição definitiva que é lançar o concurso com os procedimentos formais ouvirmos mercado, esperando, obviamente, que tínhamos uma proposta que seja atrativa para o mercado, para exercitarmos a sua concretização física.

Uma das ideias que temos assumida é a receita que está perspetivada, ser utilizada para o investimento que vamos fazer seguramente faseado, de reformulação total da sinalética de orientação no nosso município.

Sabemos temos uma sinalética de orientação de múltiplos tempos. Uma ainda boa, outra já completamente fora de moda, temos coisas ilegais, enfim, uma diversidade enorme. É preciso um ponto de ordem, estamos a preparar os termos de referência para ir contratar um prestador de serviços dessa área de especialidade e depois fasearemos um investimento. E a lógica em termos de gestão é aquilo que tivermos da receita de exploração publicitária, nós queremos investir nessa reforma total da sinalética de orientação no nosso município.

Portanto, com esta nota, achamos que temos uma boa proposta, esperemos que o mercado responda para que obviamente possamos escolher a melhor das propostas que seja presente no concurso público. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰²⁹

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰³⁰

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³¹

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰³²

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰³³

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁴

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³⁵

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

"Muito obrigado. Nós temos hoje um conjunto de fases, no espaço publicitário que está concessionado e vamos continuar a ter. Como nota adicional dizer que vamos passar a ter 7 painéis eletrónicos e a Câmara também terá um espaço nos painéis eletrónicos com acesso direto à programação. E, portanto, como não podia deixar de ser, manteremos essa capacidade que atualmente temos. Depois a Virgínia colocou aqui um conjunto de questões. As alterações que referenciou há só uma que não está bem, que é em termos estruturais, aquele concurso que não acabou que não chegou a ser adjudicado e este, são iguais. O que mudou foi os valores. Era 600 mil passou para 500, o prazo era de 10 e passou para 15 e a questão importante (em termos financeiros) da propriedade. No outro processo éramos nós os proprietários e passámos esse ónus e esse ativo para o concessionário. São estas as alterações principais, já vou às questões que colocou o Francisco Picado.

Virgínia não vale a pena termos aquelas discussões de filosofia de Bloco de Esquerda. Primeiro porque tenho muita dificuldade em perceber a filosofia do Bloco de Esquerda, já perguntei uma vez a antecessores seus, pergunto-lhe a si, qual é o vosso modelo de Estado a qual é o Estado que que exista no mundo e que nós possamos visitar que seja um modelo de gestão pelo Bloco de Esquerda para nós percebermos estas coisas que não dá para

perceber "por que é uma concessão e uma atribuição direta e somos contra" É um ato impossível. Nós teríamos que montar uma máquina para gerirmos isto diretamente licença, a licença, que era uma coisa infinita em termos de recursos humanos — que nem sequer consigo ponderar. Agora se me disser "ó senhor presidente na cidade x ou no país y, o modelo Bloco de Esquerda está lá, faça favor de ir lá ver". Eu vou. Pelo menos para aprender eu vou. Por princípio nos modelos que conhecemos, que discutimos, ainda à bocado o Fernando Nogueira falou da questão de Lisboa. Falámos imensíssimo com os colegas de Lisboa, porque obviamente estamos aqui numa numa fase parecida, embora a operação de Lisboa tem outra dimensão que nós não temos. Mas em termos de questões de princípio e de estruturação são as mesmas, a dimensão é que é profundamente diferente como em óbvio.

Quando nós colocamos ao lado as duas concessões, a concessão dos Transportes e a concessão da publicidade, isto toca-se? Sim e não. Perguntava a Virgínia, então mas nós não podíamos ter na concessão dos Transportes ter colocado lá os abrigos? Claro que si, podíamos ter feito isso. Ficávamos era coxos no que respeita à exploração da Publicidade, o que queria dizer que íamos ter mais um ónus em cima da concessão dos Transportes. Grosso modo, o investimento que nós perspetivamos que seja necessário fazer é de 3 milhões de euros. E portanto, se nós disséssemos o concessionário dos transportes, olhe estão mais de 3 milhões para investir, ele só sabe de autocarros e de barcos, e não sabe nada de publicidade, ia obviamente pôr-se a andar. O mercado em que nós vivemos, nós portugueses, nós europeus e nós ocidentais, funciona assim, por áreas de especialidade. As empresas que trabalham publicidade agregou-se o chamado mobiliário urbano, há cidades e municípios da Europa a agregar a bicicleta. Temos o grande exemplo de Paris, que é o império da JC Decaux, pronto. Paris pôs tudo. Mobiliário urbano e bicicleta. A bicicleta é tratada na concessão de Paris como mobiliário urbano. Mas nós em Portugal, na contactos que fizemos, o mercado não está para ai virado e, portanto, autonomizamos a operação da bicicleta. A bicicleta está autonomizada por um outro caminho. Por um outro conjunto de empresas que virá ao nosso concurso e que não tem nada a ver nem com empresas de transportes público de passageiros nem com empresas de publicidade. Portanto onde é que elas se tocam? Tocam-se, obviamente, porque os abrigos que para a empresa que vai ganhar são importantes, porque uma parte deles (que não são todos) vão ter face de publicidade e ai toca o interesse do concessionário dos transportes porque obviamente o abrigo é um serviço adicional que nós prestamos pelo outro concessionário que transporta os nossos cidadãos.

Outra nota já agora para alguém que pudesse ter visto isto com mais pormenor. Em regra a maior parte dos abrigos estão do lado da estrada onde as carreiras da manhã se fazem e se dá a tomada dos passageiros. Porque aquilo que diz a experiência, a nossa e a de toda a gente, é que os abrigos são mais utilizados nas esperas da manhã, no nosso caso a vinda das periferias para a Cidade, porque a malta em regra não chega em cima da hora do autocarro, chega uns minutos antes e precisa do abrigo. No fim da tarde quando se regressa o abrigo já não é preciso para nada. Quem sai do autocarro sai e segue o seu caminho para a sua casa para apanhar boleia, etc, etc. Portanto há esta nota na definição que algum de vocês podia ter detectado e que tem esta tem esta explicação.

O Jorge Greno chamou a atenção de uma coisa que é importante e que vamos tratar, que é a sinalética. Com informação útil da rede de parques de estacionamento. É cada vez mais importante como temos todos boa consciência e será colocado no nosso procedimento de sinalética de orientação.

Fernando Nogueira eu peço imensa desculpa, mas tive alguma dificuldade em perceber as suas questões. Em relação ao dumping dizer-lhe que não me preocupa nada com isso. O país tem leis anti-dumping. Nós câmara não temos nada a ver, nem poder nem legal. Se nós fizéssemos regulamentação aqui não tinha sentido nenhum. As leis anti-dumping são

leis do país, quem vem a este concurso e a outros tem que as cumprir. E há mecanismos que não somos nós que os controlamos para tomar conta de operações de dumping.

Obviamente se nós suspeitarmos que está a existir uma operação económica que tenta ou que faz dumping temos que a sinalizar. No nosso caso há a policia económica que é a ASAE a cuidar de investigar. Portanto, não é aqui que nós vamos tratar dessa matéria.

Em relação ao monopólio. Além da reserva institucional que já respondi, aquilo que se passa hoje é que o mercado criou o monopólio. Nós tínhamos uma grande parte da nossa de estrutura concessionada à Zona Verde. A Zona Verde foi comprada pela CEMUSA, grande operador espanhol. A CEMUSA foi comprada pela JC Decaux. Mas temos uma outra componente da RED. A RED que é um operador importante, mas RED foi comprada pela JC Decaux. E, portanto, hoje nós temos ainda 4 ou 5 bandeiras, empresas, mas estão todas no grupo JC Decaux. Portanto quem é que está no mercado? JC Decaux.

O que é que apareceu recentemente nos últimos dois, três anos? Há aí umas empresas a procurar, com estratégias comerciais, enfim, que são as suas, procurarem ficar com uma parte do mercado que estas compras, estas aquisições, foram concentrando num operador que é um gigante mundial que é a JC Decaux.

O Pedro Pires da Rosa colocou a questão dos critérios. Ó Pedro é assim: quando nós vemos os catálogos que o mercado tem aos dispor, isto não tem muito para inventar.

A questão tem mais a ver com o tamanho. Embora nós quisemos ter aqui um espaço de manobra na estética e muito para nos vermos livres de algum candidato que apareça com algo de sem pés nem cabeça e que nós queiramos pôr fora, mesmo que seja baratinho. Nós queremos cuidar da imagem urbana do nosso município. E estamos a falar de elementos que tem um impacto forte na paisagem urbana. E, portanto, se aparecer aqui uma malta com uma coisa baratinha, mas horrível, nós queremos ter um instrumento para desqualificar. Naturalmente, nós queremos o bem das nossas povoações pequeninas igual à nossa povoação maior, sem dúvida nenhuma. Mas temos toda consciência que em termos de impacte urbano há impactos que são diferentes no centro da cidade, numa zona histórica, ou numa povoação com toda a dignidade igual, mas que, obviamente, em termos de impacte urbano é diferente. Não vamos descurar nada. Até porque se verificaram no caderno de encargos as tipologias, as tipologias são muito apertadas. Agora procuramos por aqui ver-nos livres de, enfim, empresas de vão de escada, com os materiais entre aspas "papo-seco" e que nós não queremos obviamente para o nosso espaço público.

Francisco Picado explicar uma coisa que não é fácil explicar. Vou procurar como sempre fazer o meu melhor.

Este não é um concurso normal. Tem preço base, não. Porque não tem um custo para a Câmara. Nós não vamos pagar nada.

Na Concessão dos Transportes, nós pagamos um x por quilómetro, um y por viagem de ferry ou de lancha. Há um custo. Como há um custo não há dívidas que a concessão teve que ir e foi a Tribunal de Contas. Se leram (percebi que não leram) um artigo do caderno de encargos quando se referencia o visto de Tribunal de Contas, coloca-se o Visto do Tribunal de Contas, se for caso disso. E porquê? Porque os últimos concursos que se fizeram em Portugal não foram a Visto do Tribunal de Contas. Porquê? Porque entendem os juristas (sempre esta coisa de que o jurista tem coisas que são discutíveis, como é normal) entendem que, como não há aqui custo algum, não há preço base, isto não tem que ir a Visto do Tribunal de Contas. Só vamos Visto quando há uma despesa pública superior a 350 mil euros.

E portanto, o que há aqui, nos critérios de adjudicação é um valor de renda — que é uma receita. E depois os outros critérios que estão referenciados. Portanto a lógica é esta. Isto não é parecido com nada, incluindo desta opção, que nós ainda deixamos um espaço de clarificação, enfim, para os nossos juristas que é, se vai ou não vai Visto. Por esta razão

objetiva. Parece confuso, mas é esta marca de diferenciação entre aquilo que é um preço base que é um custo e aquele que é uma renda que é uma receita.

Isso deu um trabalho tremendo, nomeadamente à nossa equipa de juristas, para explicitar isto bem, em razão do texto que tem que ser mais claro possível para um concurso. Sabendo que, obviamente, os candidatos ou têm o direito legal e nós a obrigação de fazer perguntas e clarificar as questões que muito bem entenderem.

Portanto é por aqui que nós vamos desenvolver este processo. Teremos que clarificar isto nós próprios se vamos ou não vamos a Visto.

As últimas operações que aconteceram são muito poucas. A opção dos municípios foi não ir a Visto, enfim, teremos que tomar essa decisão, mas é aqui que está a diferença. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰³⁹

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴¹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁵ Ponto 4 – Apreciação e votação do Concurso Público Internacional para a “Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade”, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD15+CDS6+PAN1) doze abstenções (PS11+PCP1), dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Francisco Picado (PS):⁰⁴⁶

"O Partido Socialista abstém-se por considerar que não estão esclarecidas todas as questões inerentes a este procedimento concursal. No entanto, entendemos que e dado que o Senhor Presidente assumiu que esta é uma operação de risco, entendemos dar-lhe o benefício da dúvida e, portanto, o nosso voto é de abstenção."

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia⁰⁴⁷ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:^{04c8}

Senhores deputados, esta proposta é apresentada pela Mesa. Basicamente e retirando os considerandos que os seus deputados tiveram oportunidade de os ler, conforme ficou patente por declarações prévias, houve, de facto, a manifestação por parte do executivo em que este importantíssimo processo de revisão do PDM tivesse um nível de

acompanhamento e participação acrescido. Nesse sentido, procurámos aqui configurar um grupo de trabalho digamos, num formato bastante flexível.

O que é que se pretende? Pretende-se aqui que nesta instância, possam vir a esta instância personalidades que nós possamos reconhecer (nós no grupo de trabalho) que possa vir a reconhecer como, pela sua qualificação técnica ou de participação cívica, porque muitas vezes essa é uma vertente da maior importância que não pode ser descurada. Podem ter uma perspectiva que não é propriamente técnica, mas cívica e que possam ter um contributo relevante a dar a esta discussão.

Obviamente que, neste formato deste grupo pressupõe-se e a própria lei assim o define, que o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo tem o dever de cooperação (isto é da lei) com este grupo, fornecendo as informações necessárias para o devido esclarecimento e a eficácia dos trabalhos deste grupo.

Em relação à questão de constituição, propriamente dos elementos. O formato ficou aberto, com a presidência por parte do Presidente da Assembleia, com um elemento adicional. Gostaria de precisar aqui esta indicação, poderia estar não tão claro, portanto um elemento adicional da parte da Mesa para, de certa forma, apoiar também a coordenação do mesmo grupo de trabalho e depois de um deputado por cada um dos grupos. Oportunamente, serão pedidos aos grupos municipais a indicação do deputado que entendam mais, enfim, vocacionado para participar neste grupo.

E pronto é esta exposição que eu poderia fazer neste momento sobre a constituição do grupo. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara se entender poderá acrescentar alguns dados. Obrigado."

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, para concluir a informação.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

"Está tudo dito e bem dito. Apenas dar nota que isto é um acordo que fizemos de um processo que é muito importante e, portanto, a Câmara tem todo o empenho neste trabalho com a Assembleia Municipal.

E queria também deixar desde já anunciado, aquilo que também já assumi com o nosso Presidente, que acordámos, teremos um ponto na ordem de trabalhos da nossa sessão ordinária de Abril para fazer um ponto de situação (a toda a Assembleia) da revisão do PDM, independentemente do grupo desenvolver o seu trabalho, obviamente.

Mas entendemos que estamos numa fase importante para que toda a gente tenha um ponto de situação global, de toda a grande operação que está em curso e, portanto, teremos esse debate aqui, com um relatorozinho, obviamente, que faremos como documento de suporte para esse debate. E para, enfim, de forma aberta com todos, obviamente esse relatório também irá à Câmara Municipal, já assumi o compromisso no quadro da Câmara Municipal, e virá depois à Assembleia.

Entendemos que é uma fase importante, também por força do arranque dos trabalhos deste grupo, mas em especial, em primeira instância, pelo ponto situação e pelo cronograma que temos à frente entendemos que este é um momento importante para fazermos todos juntos um ponto de situação e debatermos, obviamente sempre construtivamente, na procura de introduzir, nesta fase em que tudo é possível, introduzirmos no processo as benfeitorias que entendermos por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰⁵¹

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵³
Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁵⁴
Vogal Joaquim Oliveira (PS)⁰⁵⁵
Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Presidente da Mesa:⁰⁵⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁸

"Em primeiro lugar dizer que não estamos aqui a executar o programa nem do Presidente da Câmara nem do Presidente da Assembleia Municipal. Estamos a executar o programa da Aliança com Aveiro que ganhou as eleições, com larga maioria, e é esse o único programa que cá existe. Não há cá programas individuais. Há um projeto político programático que com a escolha dos cidadãos eleitores se transformou em programa de governo.

Em segundo dar nota do seguinte, que é muito importante: a revisão do PDM que foi começada foi terminada há muito tempo. A nossa Câmara, o nosso Plano Diretor Municipal é de 1995. A nossa Câmara começa um processo de revisão e arrepende-se!? E arrependeu-se por um conjunto de motivos que agora vou passar ao lado e decidi substituir a revisão do PDM por um Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro — o famoso PUCA.

PUCA esse que entrou em vigor em 2009. Foi uma opção política e de gestão. Eu discordo e lamento, mas discordo agora e lamento agora, porque não tinha nenhuma responsabilidade e, 2008/2009, portanto não serve de nada.

Aquilo que outros municípios fizeram em Portugal, nessa exata altura, foram revisões do PDM — que são processos violentíssimos onde é mais fácil desistir, como a Câmara de Aveiro desistiu e ir por um Plano de Urbanização que em termos de conceção e de execução é mil vezes mais fácil.

E foi isso que a Câmara de Aveiro fez. Portanto quando nós cá chegámos, não havia nenhum processo de revisão do PDM. Isso tudo foi perdido, abandonado, formalmente substituído pelo PUCA. Nós abrimos, portanto este processo de revisão tem 2 anos e 2 meses. Portanto estamos num processo de revisão que não tem 12 anos, tem dois.

Para sermos rigorosos, porque fica muito mal, aparecermos aí na comunicação social a sua grande frase dita ainda por cima com a convicção que o Marques Pereira sempre diz, "esta revisão do PDM já leva 12 anos". De facto só leva 2 anos, e eu já acho que é muito tempo.

A lei determinou fazer revisões em 3 anos. Mas ouçam, vai ser muito difícil conseguirmos nos 3 anos, mas estamos na luta.

Ponto dois. Vamos ter que combinar bem o que é que vamos fazer neste grupo de trabalho. Este grupo de trabalho, Senhor Presidente e Senhoras Membros, só terá uma pessoa a trabalhar que é o Presidente da Câmara. Por dois motivos. Porque é ao Presidente da Câmara que cabe a responsabilidade dos dossiers principais, e segundo porque o Pelouro do Planeamento é meu. Não há cá discussão. Eventualmente, se entendermos por bem, acompanhar-me-ei por uma nossa Chefê de Divisão que tecnicamente coordena toda a operação.

Mas vamos ter de escolher bem isto. Porque se procuramos ter aqui uma coisa para 'fazer' o PDM a coisa vai correr mal, porque não é possível.

É muito importante a lógica (que o Marques Pereira exercitou) do contributo. Nós recebemos contributos para a revisão do PDM todas as semanas. Todas as semanas os cidadãos dizem da questão A ou da questão B. Recebemos contributos, anotamos, e damos seguimento. Este é um processo em aberto.

Agora, só para eu, o responsável pelo pelouro, ter discutido com os serviços as 600 propostas de ajustamento dos perímetros urbanos, que é uma pequenina peça deste processo, foram dezenas e dezenas de horas dedicadas no papel e no outro sítio onde é fundamental que é no terreno.

Eu não vos vou cansar sobre o que é que é a imensidão de uma revisão do PDM.

Portanto é muito importante que logo de início, nós cadastramos bem as questões principais, obviamente no quadro de uma visão total, como é lógico, e escolhamos ao que vamos, sob pena de impossibilidade. Ainda por cima, eu sou profissional, vocês não são profissionais, criarmos uma área de trabalho clara e que seja positiva. Nós estamos muito interessados neste trabalho de cooperação entre os dois órgãos de gestão municipal (a Câmara e a Assembleia Municipal) mas, enfim, se procurarmos que o trabalho vai tudo é impossível, nem eu consigo ir a tudo.

A própria equipa da Câmara são dezenas de pessoas, são 36 entidade dar parecer, só para ler os papéis quer dizer, não é possível. Não é possível, nem eu próprio que sou profissional quanto mais vocês que não são. Não é humanamente possível. Portanto vamos encontrar esse espaço bem definido para que seja positiva para todos o trabalho deste grupo, que só vejo nesse sentido contributivo, para uma peça que é muito importante, para uma operação que é muito importante para a nossa vida de hoje e para a vida do próximo futuro.

Última nota. Marques Pereira obviamente que responderei, o Senhor Presidente já me enviou o requerimento e responderei com lealdade e prontidão aos dois requerimentos.

Espere que goste da resposta e que fique mais feliz com elas. Mas dar-lhe nota de que o PEDUCA não tem nada a ver com isto.

Todos os projetos PEDUCA cumprem o plano diretor municipal que está em vigor; cumprem o PUCA que está em vigor; cumprem o PDM novo que vai estar em vigor. Misturar PEDUCA com revisão do PDM não tem qualquer sentido, por motivos particularmente óbvios.

O Fernando Nogueira tem uma conceção da democracia muito patológica. Uma entrevista do Presidente de Câmara é um monólogo. Pronto, esperemos que o Fernando nos ensine o que é uma entrevista que não sejam monólogo, não sei. Mas, pronto, as democracias têm dinâmicas e a frustração do Partido Socialista, da violenta derrota que teve nas duas últimas eleições leva a olhar para uma entrevista do Presidente de Câmara e chamar-lhe monólogo. Vejam lá ao que isto chega, mas pronto é a vida dos frustrados politicamente.

Um dia se o Partido Socialista voltar a ter (eu sei que isto excita um bocadinho, mas olhem é a vida). Eu sei, mas é a vida, faz parte. Um dia se o Partido Socialista voltar a ter a presidência da câmara, como teve no passado, vai ler monólogos de um presidente socialista, usando a sua terminologia (que eu não uso) e de como, enfim, entrevistas que um Presidente tem que dar, tem obrigação de dar — embora devam ser poucas.

Entrevistas grandes a minha média é inferior a uma por ano. Porque não gosto de entrevistas longas. E só as dou porque me são solicitadas porque não as peço. Nunca na minha vida pedirei uma entrevista longa, porque entendo ser uma peça errada de comunicação política. Portanto quando virem alguma como esta recente, não foi ideia minha, foi simpatia minha, de dizer sim, a uma solicitação de um órgão de comunicação social que me merece todo o respeito do mundo e, portanto, não sou eu que peço entrevistas a jornalistas — é uma questão de princípio da minha parte.

Quanto às angústias do Simões, olhe é da vida. Este PDM não é de contenção nem de não contenção. É de boa gestão do território. Portanto as suas angústias eu julgo que com um kompensan elas se resolvem e com o acompanhamento seguramente também o vai ajudar, quem sabe se não é o Simões que vem representar o Partido Socialista para o grupo de trabalho, e portanto seguramente com o desenvolvimento do processo vai melhorar-lhe essa dor de angústia. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁶⁰

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁶¹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶³

Membros da Assembleia

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁶⁴

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁶⁵

“Senhor Presidente, se me permite, esta ultima declaração diria que meramente inoportuna porque o meu colega Henrique Diz não sabe exatamente o motivo pelo qual eu não pude estar presente. Portanto tecer considerações dessa ordem foge um bocadinho da natureza da Assembleia.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰⁶⁶

“Senhor Presidente, eu não me referi especificamente ao senhor deputado e caro amigo Francisco Picado, referia-me às pessoas que estão sempre a protestar contra as coisas, por não terem informação, e depois não aparecem para recolher a informação. Foi isso que eu me referi.

Se alguém enfiou o barrete não é da minha responsabilidade.”

Presidente da Mesa⁰⁶⁷

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁸, Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+PS11+BE2+PAN1) uma abstenção (PCP1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 6 – Apreciação e votação do Regulamento da Rede de Bibliotecas do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião pública, realizada em 02/02/2018, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁷⁰ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷¹

“Obrigado Senhor Presidente. Este é um Regulamento que consertámos no quadro da rede de bibliotecas públicas da região de Aveiro. Um trabalho de grande qualidade, já reconhecida em termos de nível nacional também, para que possamos ter regras iguais (aqui já não são idênticas são iguais) em todos os onze municípios. Num trabalho de grande profundidade e de grande qualidade técnica e política e, portanto, cumprimos

assim, o fim de um longo processo para ajustarmos não há nenhuma alteração profunda ao regulamento que temos em vigor. Há um conjunto de ajustamentos para concertarmos as normas e as regras de acesso, para termos esta rede cada vez mais acessível a todos os 380 mil cidadãos da nossa região. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Andreia Fonseca (BE)⁰⁷³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁷⁴

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁷⁵

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁷⁶ Ponto 6 – Apreciação e votação do Regulamento da Rede de Bibliotecas do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+PS11+BE2+PAN1) uma abstenção (PCP1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 7 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Pela imediata adesão à Tarifa Social da Água”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰⁷⁸ da Proposta de Recomendação à Câmara (Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Virgínia Matos (BE):⁰⁷⁹

"Boa noite. O Bloco traz aqui hoje esta proposta de recomendação na sequência da publicação do decreto-lei, 147/2007, de 5 de Dezembro, que estabelece o regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços das águas.

O direito à água e ao saneamento é um direito humano consagrado pelas Nações Unidas desde 2010, tendo o Comité das Nações Unidas para os direitos económicos sociais e culturais, reconhecido que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda qualquer forma de discriminação no acesso à água e ao saneamento designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações.

Cabe pois aos Estados ou às autoridades locais promoverem o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água.

A tarifa social promulgada pelo decreto-lei n.º147/2017, abrange os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, sendo elegíveis para beneficiar dessa tarifa as pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica. Em situação de carência económica englobam-se as pessoas beneficiárias do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, do abono de família, de pensão social de invalidez e da pensão social de velhice, bem como os clientes finais, cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera de nenhum rendimento, até um máximo de 10, que não beneficiem de qualquer prestação social.

O decreto-lei, diz ainda que, para além das situações de carência económica, os municípios podem estabelecer, mediante deliberação da Assembleia Municipal, outros critérios de referência, desde que não seja distintivos em relação aos definidos legalmente. Para saberem do universo de potenciais beneficiários, os municípios aderentes podem

solicitar informação à DGAL usando apenas o número de identificação fiscal do titular do contrato.

Atribuição da tarifa social é desta forma automática não necessitando qualquer pedido ou de requerimento por parte dos interessados. Este dispositivo automático de reconhecimento do direito à tarifa social da água permite alargar muito alcance desta medida.

De acordo com as Águas da Região de Aveiro, em 2016 existiam 135.815 contratos domésticos de abastecimento de água dos quais apenas 415 beneficiavam da tarifa social garantida pelos municípios. No concelho de Aveiro, também em 2016 e de acordo com números que a autarquia forneceu, existiam 38.616 contratos domésticos, não estando na época nenhum contrato abrangido pela tarifa social por não existir essa hipótese no município — apesar da Câmara Municipal ter reconhecido que existiam famílias sem capacidade de pagar a sua fatura da água, sendo apoiadas pelo fundo de apoio às famílias, o que na nossa opinião era e continua a ser insuficiente, dado o seu caráter pontual e excecional e discricionário.

Assim sendo o Bloco propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que delibere e proponha a aprovação desta Assembleia Municipal adesão da tarifa social de água ao abrigo do disposto no artigo 3º número um, do decreto-lei 147/2017, de 5 de Dezembro.

E a par da adesão à tarifa social da água, seja implementada a tarifa social dos resíduos sólidos urbanos. Sejam abrangidos pela tarifa social da água de forma automática, nos termos dos artigos segundo, e números 2 e 3 do artigo 6º, todos do decreto-lei 147/2017, de 5 de Dezembro, as seguintes pessoas: os clientes finais que sejam beneficiários do complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice, e os clientes finais cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não auferam qualquer rendimento, até um máximo de 10, ainda que não beneficiem de qualquer prestação social.

Sejam ainda abrangidos pela tarifa social da água ao abrigo do artigo 2º, do decreto-lei 147/2017, de 5 de Dezembro, todos os clientes finais cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável o para efeitos de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, igual ou inferior, ao dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida.

O procedimento da atribuição da tarifa social da água, proposto e da tarifa de recolha de resíduos urbanos referidos, seja simples, desburocratizado, e amplamente divulgado.

Por último que proceda de imediato à solicitação da informação necessária para aplicação das medidas propostas por recurso aos pedidos dados previstos no artigo 3º número 3 e número 4 do decreto-lei 147/2017, de 5 de Dezembro. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁸¹

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁸²

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁸³

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁸⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Sumariamente. Quer o Jorge Greno quer o Henrique Diz já disseram qual é a nossa política social que está ao dispor e que funciona muito bem e que também tem apoiado nesta área da água, da fatura da água, que nós costumamos dizer

que também integra outro tipo de despesas, nomeadamente dos resíduos. Os apoios não devem ser à fatura, nós discordamos, é uma questão de princípio e de filosofia. Os apoios quando são estudados primeiro, definidos e entregues, têm que fazer nestas questões de eficiência económica tem que fazer uma abordagem global e integrada não só para se canalizar a ajuda, mas para se ajudar a família, o indivíduo em causa, a capacitar-se para sair da necessidade de ajuda, seja pelo emprego, seja por subsidiação complementar, quando há incapacidade de ter acesso a rendimentos, etc. É uma questão de princípio e de filosofia.

A segunda nota que queria partilhar é de tristeza. O Governo anterior deixou a reforma da regulamentação tarifária da água quase pronta. Quase mas não acabou. O Governo atual foi herdeiro dessa reforma, uma reforma brutal, muito pesada muito discutida, e eu próprio que no âmbito da gestão da nossa empresa Águas da Região de Aveiro, reuni com o atual Secretário de Estado Eng.º Carlos Martins, que é muito fácil reunir com ele, porque é um dos melhores especialista que o país tem nestas matérias, e ele próprio disse que, de facto, também achava, que o regulamento tarifário recebido do Governo anterior era bom caminho. Acontece que até hoje não temos quadro legal para alterar o regulamento tarifário.

A luta que os municípios têm tido é essa. Até que depois há questões muito delicadas em termos legais, nomeadamente se as ADRAS caiem dentro da incidência direta da entidade reguladora ou não caiem. Enfim, há um conjunto de questões que se colocam nisto e que é preciso de uma vez por todas arrumar e clarificar, com uma lei nova, uma lei-quadro, para o chamado regulamento tarifário.

Portanto, esta é uma luta importante e, enfim, que não podemos é reduzir isto agora a esta questão. Há tantas questões para tratar e, enfim, queria também exortar o Bloco de Esquerda, que é um Partido importante no quadro parlamentar que temos hoje, a poder ajudar a que fizesse, tratasse, de um outro dossier que é muito importante e muito difícil, para procurarmos além de harmonizar, porque há questões de harmonização que também são importantes, tratar destas questões de uma forma global e integrada, numa matéria que é complexa e que tem múltiplos atores. Municípios, Empresas do Grupo ADP, Associações de Municípios, são as três tipologias que nós temos na nossa Região e o país ainda tem outras tipologias.

Portanto apenas deixar estas duas notas contributivas para este debate. Muito obrigada."

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰⁸⁶

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁸⁷ a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Pela imediata adesão à Tarifa Social da Água” – anunciada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6), onze abstenções (PS10+PCP1), quatro votos a favor (PS1+BE2+PAN1).

(A representante da Junta de Freguesia de São Jacinto votou a favor)

Não houve declarações de voto.

Ponto 8 – Apreciação e votação da Moção “Em defesa do balcão dos CTT na Universidade de Aveiro e do serviço público postal”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰⁸⁹ da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, para apresentação do documento.

Vogal Andreia Fonseca (BE):⁰⁹⁰

"Obrigada senhor Presidente. No início do ano os CTT confirmaram pretensão de fechar mais 22 estações, no âmbito de um suposto plano de reestruturação. Nessa lista constava, infelizmente acabou por se tornar realidade, um balcão situado no concelho de Aveiro mais propriamente no campus universitário.

Eu acho que importa aqui contextualizar. Este balcão estão localizado numa das mais prestigiadas universidades do país e trata-se de um serviço público usado ou que era usado diariamente. É evidente que este serviço era essencial para o funcionamento da Universidade, que importa de frisar, tem mais de 15 mil alunos, tem mais de 1500 docentes, além do pessoal não docente e além de todos os visitantes decorrentes de relações externas dos vários departamentos.

Eu acho que torna-se claro que a nossa posição, ao estarmos aqui a apresentar esta moção, é que nós não aceitamos qualquer encerramento de qualquer estação dos CTT e concretamente esta, em particular.

O serviço prestado pelos CTT, apesar da inegável quebra de qualidade desde o processo de privatização é essencial a toda a comunidade.

Não faz sentido esta diminuição do serviço público, com extinção de mais balcões dos CTT, uma vez que os Correios têm garantido até, resultados operacionais muito positivos ao longo dos últimos anos. No entanto e desde que foram privatizados pelo Governo PSD/CDS, os CTT tem sido constantemente surripiados pelos seus acionistas, com a apropriação de milhões de euros de lucro, ao invés de serem fomentadas revitalizações dos seus serviços. E acho que vamos aqui se calhar relembrar alguns números. Em 2013 os CTT geraram 61 milhões de lucros e os acionistas privados ficaram com 60 milhões que distribuíram entre si. Em 2014 ficaram com 70 dos 78 milhões de lucros. Em 2015 apropriaram-se de 71 dos 72 milhões de lucros. E pasmem-se, em 2016 distribuíram entre si, 74 milhões, apesar dos CTT só (só entre aspas) terem lucrado 62 milhões.

Deste modo, para nós, encerrar balcões com base no argumento da redução de custos operacionais é falacioso. Nós não podemos permitir sermos cúmplices destas ilusões criadas, muito menos vamos permitir que as populações sejam ludibriadas com falsas informações e que sejam prejudicadas, com base em medidas que nada tem a ver com a realidade.

Se temos uma Administração privada dos CTT que não quer garantir um serviço público de qualidade e não quer ter estações de correios próximas das populações, o Governo tem de intervir.

Neste aspeto a Câmara Municipal também deve igualmente exercer pressão com vista a garantir à sua população o acesso aos bens essenciais, neste caso os CTT, porque são bastante importantes enquanto ponto comunicação. O balcão dos CTT da Universidade de Aveiro foi encerrado no passado dia 19 de Janeiro sem qualquer aviso prévio. Nessa altura, o Bloco de Esquerda mobilizou-se que uma ação de protesto no local. Além do transtorno provocado na comunidade académica e nas demais populações envolvidas, quem quisesse podia ir lá àquele posto, o encerramento deste balcão irá sobrecarregar os restantes que se viram confrontados com aumentos de tempos de espera e com uma consequente deterioração da qualidade dos serviços prestados, que digamos passagem, já tem vindo a ser bastante afetados, com a constante focalização na venda produtos bancários.

Nós não aceitamos encerramento do balcão dos CTT na Universidade de Aveiro, porque consideramos que este é essencial à vida académica e para que a Universidade também se mantenha como estabelecimento de ensino e produção científica de excelência, é necessário que estejam disponíveis todos os serviços necessários. É só isso. Obrigada."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹²

"Senhor Presidente, não é necessariamente para participar na discussão, que estou participar, mas queria apenas dar uma informação. Suscitada esta questão, aliás, que já partilhei com o Senhor Presidente, como bem sabe. Fiz uma diligência direta junto do Senhor Reitor, porque enfim, aqui há alguma delicadeza por estamos a falar de uma entidade que não tem dependências com a Câmara Municipal nem com a Assembleia Municipal, fiz uma diligência direta ao Senhor Reitor e o Senhor Reitor comunicou-me duas coisas: uma que enfim, aquilo que disse o Bloco de Esquerda, a desativação unilateral, sem aviso prévio dos CTT, do balcão da Universidade, e dois que ato imediato o próprio Reitor teve um conjunto imediato de diligências e reuniões presenciais, participadas por ele próprio, com a Administração dos CTT, que veio propositadamente a Aveiro reunir com ele e que as duas entidades chegaram a uma plataforma de acordo para a prestação de serviços postais na Universidade, que estará para ser ativada dentro de pouco tempo.

Portanto, não sei dizer, realmente o pormenor, não sei, nem tenho que saber. Apenas comunicar à Assembleia Municipal este testemunho por discurso direto de minha conversa com o senhor Reitor de que esta questão está ultrapassada. Há um acordo entre a Universidade e os CTT. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰⁹³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁹⁴

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁹⁵

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁹⁶

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁹⁷

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁹⁸

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰⁹⁹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação¹⁰⁰ a Moção “Em defesa do balcão dos CTT na Universidade de Aveiro e do serviço público postal” – apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6), doze abstenções (PS10+PCP1+PAN1), três votos a favor (PS1+BE2).

(A representante da Junta de Freguesia de São Jacinto votou a favor)

Não houve declarações de voto.

Ponto 9 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Reativação do Conselho Municipal da Juventude de Aveiro”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente¹⁰² da Proposta de Recomendação à Câmara (Partido Animais Natureza) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rui Alvarenga (PAN):¹⁰³

"Obrigado Senhor Presidente. Eu queria antes de tudo fazer a ressalva do termo que nós utilizamos "reativação". Nós temos alguma reserva, não tomamos posse ainda, portanto, presumo que aquilo que o órgão não exista. Lembramos que já existiu ou pelo menos já existiu um projeto de regulamento no passado, mas neste momento este órgão não existe.

E nós achamos que era um órgão consultivo essencial para a definição da política de juventude municipal.

Nós temos a perceção de que há um distanciamento cada vez mais significativo dos jovens na participação cívica, política até. Aliás, um pouco reportando ao discurso de sua Excelência o Presidente da Assembleia na sua primeira intervenção que fez, em que mostrou e revelou essa preocupação, não só relativamente aos cidadãos, mas também aos jovens. E, portanto, a reativação deste Conselho daria outro tipo de força e de amplitude àquilo que são as políticas de juventude no concelho. Esta é a nossa opinião, a fundamentação é esta, não vou explanar muito sobre a importância de jovens no futuro e para a construção da sociedade futura, todos nós acho estamos conscientes disso.

Portanto a fundamentação é essa. Os nossos concelhos vizinhos já têm (alguns já têm esse órgão em perfeitas funções) e, portanto, acho que a Aveiro, cidade universitária, com toda esta dinâmica de juventude que existe, não faz nenhum sentido não termos esse Conselho de Juventude a funcionar. Era esta fundamentação. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Andreia Fonseca (BE)¹⁰⁵

Vogal Jorge Greno (CDS)¹⁰⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto e de uma análise que fizemos do decreto que sustenta os Conselhos Municipais de Juventude, dá-me a impressão que apesar de terem passado apenas oito ou nove anos da sua data muito mudou na juventude portuguesa. Nomeadamente os jovens, hoje estão muito mais em organizações informais, que não estão enquadradas nas organizações que possam pertencer a este Conselho Municipal. E portanto, dá-me a impressão que o próprio decreto deveria ser atualizado à realidade de hoje.

Pensamos que este modelo, ainda está em alguns concelhos, certamente, mas é um modelo que não representa a juventude de um concelho. A maior parte dos jovens não estão hoje em organizações políticas. Eu julgo que há muitas escolas secundárias que já não têm associações de estudantes, não há interesse, e não é o facto de haver um Conselho Municipal de Juventude que passe a haver interesse, e em que haja associações de estudantes ou outras formas de organização dos jovens. Isto não é uma reflexão a nível concelhio será certamente uma reflexão a nível nacional.

Agora também é um facto que quando há eventos organizados por e para jovens, os jovens participam.

Eu já nem falo só nos eventos universitários, que nesses naturalmente tem o seu público e conseguem captar outro tipo de público, mas temos eventos culturais, temos eventos desportivos e há muita participação de juventude. Agora provavelmente esgota-se no ver o concerto, no participar no jogo, e não estão muito preocupados com a outra parte. Portanto esta reflexão deve ser a um outro nível e, portanto, entendemos que não faz sentido criar este Conselho para depois não ser participado e representativo da juventude do concelho.”

Vogal Marília Martins (PS)¹⁰⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Sendo a primeira vez que vou falar nesta assembleia queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente e a todos os restantes neste espaço da democracia.

E se me permite, queria aqui deixar uma nota para dizer que admiro a forma ponderada com que tem conduzido os trabalhos e, portanto, gostaria de salientá-lo.

Em nome do Partido Socialista, que é a bancada que integro com muita honra, espero que os meus contributos neste fórum possam também ser construtivos. É esse o registo que quero, quer a nível pessoal, quer a nível político, quer a nível profissional.

Esta proposta aqui apresentada pelo PAN obviamente que me diz respeito — e também foi por isso que me pediram para fazer a intervenção. Obviamente o PAN refere a reativação do Conselho Municipal da Juventude — mas nunca chegou a existir um Conselho Municipal!

O regulamento esteve de facto na forja, mas não avançou. Não avançou, foi ainda sujeito a uma análise. Eu tive o prazer de nesse tempo participar nesse tempo em que foi dinamizado o Conselho Consultivo da Juventude.

E quero deixar aqui registado que foi de facto uma dinâmica positiva. Foram criados vários espaços, em que participaram muitas associações juvenis do concelho, inclusivamente estavam representados os partidos políticos. E a dinâmica que se realizou, quer a nível concelhio quer a nível nacional foi extremamente positiva.

Várias vezes (e eu estive diretamente envolvida) estivemos na FNAS, houve projetos transnacionais que motivam e motivaram os jovens a participar. Tenho orgulho em dizer que obviamente herdei esse projeto da anterior autarquia e na altura era o Eduardo Feio que liderou esse processo e que eu continuei. E lembro que esses tipos de dinâmicas eram extremamente produtivas e positivas.

Houve uma grande dinamização ao nível do concelho, havia várias freguesias que tinham associações juvenis, a vários níveis, cultural, desportiva, de solidariedade social. E, portanto, o Partido Socialista defende que faz todo o sentido uma continuidade deste palco.

E se permitem (tem a ver também com a minha área de trabalho) obviamente que os espaços para a prática de uma cidadania ativa são muito inter-geracionais. Eu sou uma das pessoas que defendo isso. No entanto pode haver aqui possibilidade dos vários patamares coabitarem.

Ou seja, nada impede, por exemplo que os vários espaços geracionais funcionarem, de acordo com os seus interesses e motivações e características próprias destas faixas etárias: Mas também há momentos inter-geracionais que permitem por exemplo os avós com as crianças, com jovens e, portanto, há espaço para tudo.

E é nessa lógica que o Partido Socialista defende que a continuidade de um patamar como o Conselho Consultivo da Juventude tem todo o cabimento de que tenha continuidade.

Porque por mais que se tenha, e eu sou também uma das pessoas que defendo, que por mais que exista de facto a cidadania ativa e que seja de uma filosofia cada vez mais intergeracional, nada impede que se mantenham espaços próprios para os jovens, para as crianças, mas também para os adultos e séniores. Porque depois cada um deles tem as suas próprias idiossincrasias e as próprias motivações e as próprias necessidades.

E caro deputado Jorge Greno, as associações ainda existem nas escolas e têm um grande dinamismo, aliás cada vez mais os jovens têm uma função social de cidadãos ativos. Eu trabalho como sabem com pessoas com deficiência e promovo isto diariamente.

Portanto é neste sentido que vai aqui o nosso registo e obviamente a simpatia pela referência que traz aqui o PAN. Obrigada.”

Vogal Joana Lopes (PPD/PSD)¹⁰⁸

“Obrigada Senhor Presidente. Parece que é uma noite de estreias. Também cumprimentar todos, na pessoa do Senhor Presidente, todos os colegas de Assembleia — e vou então intervir em relação a este ponto.

É sempre com grande gosto que vemos questões relacionadas com a juventude a serem debatidas nesta assembleia municipal, sinal que tal como a juventude partidária à qual pertença, e que represento neste órgão deliberativo, a JSD concelhia de Aveiro, tem-se procurado valorizar e dar importância a esta faixa etária do nosso município.

Contudo, para valorizar e acrescentar é preciso também conhecer. Não só a juventude, mas principalmente o município no qual vivemos e neste caso concreto, no município onde somos chamados a ser membros deste órgão autárquico.

Quero com isto dizer que, perde substancial importância falar de moções ou de intenções, sem antes conhecer a nossa realidade.

Contudo, como o colega Rui Alvarenga também já reavaliou a questão que apresentou, de facto, não é possível reativar o “Conselho Municipal de Juventude” tendo em conta que ele acabou por nunca existir. E, portanto, esta moção acaba por perder algum efeito.

O conselho municipal da Juventude nunca existiu porque há mais de uma década existe no nosso município um Conselho Consultivo da Juventude, que embora informal, funciona muito bem, com reuniões regulares, que trabalha com a autarquia em diversos eventos destinados a jovens. Um grupo que reúne organizações quer partidárias (onde estavam representadas a JSD, a JS e a JCP) as importantes associações de estudantes do município (principalmente a AAUAV) e também os pequenos, mas não menos importantes, grupos informais, existentes em cada uma das nossas freguesias.

E portanto, com esta abordagem, não queremos dizer que não seja importante que se pense a juventude em âmbito municipal e que os jovens não mereçam a ponderação dos autarcas quando pensam no futuro do município. Queremos e fazemos questão nisso, sem necessidade de encargos e de forma obrigatória, como o Conselho Municipal da Juventude.

Vejam, em quantos municípios do país foi implementado o conselho municipal da juventude? E nos que foram implementados, que atividades ou que nova vida trouxeram às políticas municipais de juventude aí existentes?

E talvez a pergunta mais importante: nos municípios onde foi implementado o conselho municipal da juventude houve um aumento considerável no número de jovens a envolver-se no processo autárquico de forma activa?

Não conseguimos, apontar nenhum resultado prático em que a existência de um conselho municipal tenha aumentado a participação dos jovens na vida política e ativa das cidades. Tal deve-se provavelmente ao facto que o conselho ser constituído por jovens que já envolvidos em associações e movimentos e que já presentemente desenvolvem atividades nas suas escolas ou nas freguesias e dessa forma contribuem para o município.

E portanto também é relevante refletir: será que pelo facto dos jovens terem de dar um parecer não vinculativo sobre o orçamento e regulamentos municipais (principal função dos conselhos municipais) aumentará a sua participação na vida política?

É que, atualmente, e sem a existência deste conselho os jovens já o podem fazer. Sendo que existe um período de discussão pública em todos os regulamentos externos, sessões públicas da câmara municipal e da assembleia municipal e, aparentemente, nunca houve nenhum tipo de restrição à participação dos jovens ou das associações nestes debates.

Ainda sobre este assunto levanta-se outra questão. Saberão os presentes (incluindo o PAN) que este conselho municipal é composto por determinados representantes, decididos pela lei, ou seja não é permitida a representação formal de grupos informais, como por exemplo, grupos de apoio à proteção da natureza, ou grupos paroquiais, agrupamentos escutistas, ou até grupos de representantes das juntas de freguesia, que bem conhecem as suas associações juvenis.

Portanto a questão que se coloca é a seguinte: será este “Conselho Municipal” inclusivo? Para terminar e em relação ao Município de Aveiro, será assim tão premente a criação de um conselho municipal?

A Câmara Municipal, embora não tendo um conselho municipal da juventude tem desenvolvido um amplo trabalho junto dos jovens e das suas associações.

Por exemplo, os projetos que tem com os alunos da Universidade de Aveiro e com as Associações de estudantes a título de exemplo as seguintes ações;

O apoio a várias atividades de associações juvenis através do seu regulamento de apoio às associações;

A criação de projetos de valorização da cidadania, nomeadamente no campo político como a assembleia municipal para o ensino básico;

E atualmente a requalificação da casa municipal da juventude, que permite criar um espaço ainda mais jovem e apelativo a todos

Portanto, concluindo, em meu nome, e da JSD Aveiro, consideramos que a melhor forma de defender a juventude é através da promoção da cidadania, da formação cívica e da aposta em políticas e reformas políticas diferentes, como fez a “Coligação Aliança com Aveiro”, a única força política a apresentar um manifesto jovem, demonstrando a sua preocupação com a necessidade de inclusão dos jovens da vida municipal.”

Vogal Rui Alvarenga (PAN)¹⁰⁹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação¹¹⁰ a Proposta de Recomendação à Câmara Municipal “Reativação do Conselho Municipal da Juventude de Aveiro”- anunciada pelo grupo municipal PAN, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6), uma abstenção (PCP1), catorze votos a favor (PS11+BE2+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):¹¹²

“Senhor Presidente e toda a assembleia, como encerramos aqui, gostaria de deixar vincado, sublinhado a negrito, que o PCP se absteve em todas as votações desta sessão e também de participar no debate em si pelos motivos evocados no protesto que fiz no início desta mesma reunião.

E com base nisso mesmo excluir qualquer tipo de interpretação política que se pretenda fazer às sucessivas abstenções que entendemos fazer porque todas estão explicadas tendo como base o meu protesto. Tenho dito.”

Presidente da Mesa:¹¹³

“Se me dão licença, a minha declaração de voto vai no sentido seguinte: eu considero pertinente a existência de mecanismos que favoreçam a participação dos jovens na vida política — este é o meu primeiro ponto da minha declaração de voto.

O segundo ponto é que, eventualmente, teremos que refletir enquanto Assembleia Municipal neste mandato sobre as formas de incentivar essa mesma participação, que não tem que passar necessariamente pela reativação de algo que, aliás, segundo a senhora deputada esclareceu, nem sequer chegou a existir.

Portanto a proposta carecia da devida fundamentação nos termos em que estava efetuada. E considero pertinente que haja realmente mecanismos que incentivem essa mesma participação em moldes de serem desenvolvidos no futuro.”

Vogal Rui Alvarenga (PAN):¹¹⁴

“Senhor Presidente, a ressalva que quero aqui deixar, aliás eu fiz a ressalva na apresentação da proposta, precisamente porque eu solicitei através de mail a documentação sobre o Conselho de Juventude Municipal. Essa documentação não chegou e eu por uma questão de não ferir suscetibilidades... Ó Senhor Presidente eu sei que não há! Mas a questão é que eu fiz a ressalva e a proposta é que esse Conselho passe a existir. É essa a proposta.”

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,¹¹⁵ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o Presidente da Mesa¹¹⁶ deu por encerrada a Sessão Ordinária Fevereiro.

Eram 00:15 horas do dia 03 de Março de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal do núcleo do Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais, que a elaborei nos termos legais.

(04:15)